

SESSÕES DO PLENÁRIO

44ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de maio de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmila Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Jurailton Santos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 02 e 03/05/2023.

Do Deputado Rogério Andrade comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 26/04/2023.

Do Deputado Cafú Barreto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 02/05/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

Aqui, normalmente, o horário é às 14h45min, mas a gente pode começar mais cedo, deputado Leandro, deputado Luciano, até para a gente ir ganhando tempo.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados, deputadas, ...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Leandro, era você primeiro, não tem problema, não? Tem problema?

O Sr. Leandro de Jesus (fora do microfone): Não.

O Sr. HILTON COELHO: (...) pessoas que acompanham aqui nas galerias, daqui a pouco estará cheio de servidoras e servidores públicos aqui, com certeza. Mas nós queríamos falar sobre a Bacia Hidrográfica do Paraguaçu, que está seriamente ameaçada pelo investimento de uma mineradora que se define como Novo Rumo e quer dar um novo rumo, inclusive, ao abastecimento de Salvador e de 80 cidades que se relacionam com a nossa região.

É uma situação gravíssima! Trata-se da agressão à região, à localidade chamada Serra da Chapadinha. Existe um movimento vigoroso em defesa dessa serra, dessa região. Por quê? Porque nós vamos estar à beira de viver, com certeza, uma imensa crise hídrica, não apenas em Salvador, mas em um conjunto de municípios, em função do significado que essas nascentes têm.

Nós sabemos o que as mineradoras têm feito por esse Brasil afora. O caso dos Ianomâmi foi emblemático, mas aqui na Bahia também, na própria região da Chapada Diamantina, nós presenciamos o significado que teve a Brazil Iron para toda uma região, de poluição, de pó, de minério de ferro, enfim, praticamente inviabilizando a existência da comunidade.

Nesse caso, há a possibilidade de nós termos a contaminação das nascentes e, portanto, todas essas decorrências do abastecimento para uma parte muito significativa da Bahia. Por isso a Serra da Chapadinha pede socorro, Sr. Presidente. E nós precisamos pautar aqui, nesta Casa, essa problemática. O nosso mandato tem acompanhado essa situação e precisamos que os órgãos competentes, especialmente o Inema, em relação ao qual temos tantas críticas, mas ele precisa fazer a sua obrigação, precisa vetar a possibilidade de nós termos essa imensa agressão ambiental, com tantas decorrências para sobrevivência da própria população.

Sr. Presidente, não poderia deixar de ocupar esta tribuna também para falar sobre a situação dos servidores, das servidoras públicas. Hoje, pela manhã, nós tivemos a visita das professoras e professores aposentados, na Comissão de Educação, presidida aqui pela nossa deputada Olívia Santana. E nós percebemos a dor desse segmento que,

diga-se de passagem, formou a todos e a todas, inclusive, os educadores e educadoras que hoje estão de alguma forma contemplados na lei que está vindo aqui relacionada ao piso.

Mas depois de tantos meses de luta, com esse segmento aqui dizendo que não pode ficar excluído, evidenciando para o governo uma imensa injustiça histórica e, mais uma vez, o governo manda uma proposta, um PL que exclui esse segmento. É algo muito terrível, porque o argumento do governo é de que R\$ 1,3 bilhão seria gasto a mais se essa injustiça histórica com os nossos aposentados fosse corrigida. E, mais do que isso, também com os Redas e com uma parte dos trabalhadores que estão nos níveis 1 e 2 na ativa e que também estão fora da lei do piso, não estão contemplados com as mesmas regras que foram colocadas no PL para grande parte da categoria, para a maioria da categoria que está na ativa.

O argumento do governo é esse, só que nós sabemos que o governo tem uma gordura de mais de R\$ 10 bilhões. Então, se queimou R\$ 1,3 bilhão, não tem nenhum problema queimar mais um, investir mais R\$ 1,3 bilhão para resolver essa situação de injustiça histórica, assim como para contemplar um conjunto de déficits que ele tem com diversas categorias.

Eu dei exemplo aqui do salário de nível superior da nossa polícia investigativa, que pode ser resolvido com essa gordura a mais, não é? A situação das nossas universidades, a situação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) dos técnicos e de um conjunto enorme de segmentos do serviço público que estiveram reunidos hoje, inclusive, na associação dos servidores públicos, na Carlos Gomes, que lotaram aquele local para demonstrar que vai ter luta.

Se o governo não tivesse para onde ir, se não tivesse Orçamento, teriam um argumento minimamente racional, ainda que não justificasse, porque o gasto histórico que foi feito, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o corte que foi feito dos servidores foi aplicado em outras direções. Mas é um acinte para os servidores públicos e para a Bahia, que precisa do serviço público de qualidade, que o governo simplesmente não invista o que tem agora de sobra no Orçamento, na perspectiva de resolver essa situação de déficit histórico com o conjunto do serviço público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Leandro.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos que já estão aqui presentes. Cumprimento os colegas, em nome do presidente que conduz esta sessão, e cumprimento todos os servidores e todos que aqui estão acompanhando.

Bem, primeiro quero destacar, nesses primeiros minutos, a vitória dos produtores rurais, a vitória que foi concedida por liminar, no sentido de instalar a CPI, aqui nesta

Casa, que visa a busca da justiça, da verdade e a busca pela paz no campo, principalmente para as famílias dos produtores que carregam este estado da Bahia nas costas e ultimamente vem sofrendo tamanha violência, perseguições diversas, principalmente com atos que podemos equiparar ao terrorismo e que levam essa instabilidade ao campo.

Obviamente, isso reflete em questões de segurança pública, questões sociais e econômicas em nosso estado e, portanto, esta Casa tem o dever de investigar. E essa liminar concedida, com toda certeza, faz justiça nesse sentido, para que esta Casa faça defesa, sim, daqueles que produzem, daqueles que trabalham, daqueles que têm a sua propriedade e se dedicam em favor do estado da Bahia e, obviamente, contribuem economicamente, não apenas para o estado da Bahia, mas também para o Brasil. Aguardamos, portanto, conforme a decisão judicial, a instalação dessa CPI.

Bem, para além desse ponto de que tratei aqui, eu quero me colocar em favor dos servidores públicos do estado da Bahia. Não é de agora, não é algo recente, que os servidores do nosso estado, das diversas carreiras, das diversas secretarias, são desprezados, são, muitas vezes, humilhados por essa continuidade de governo que está aí. Porque não é apenas o PT de Jerônimo, mas é o PT de Wagner, é o PT do Rui Costa, é o PT. É a continuidade daqueles que não têm o menor apreço, não têm o menor respeito pelos servidores públicos, não enxergam e não fazem questão de enxergar as suas especificidades, os desafios que têm e, infelizmente, estamos diante desse projeto que foi enviado à Casa que, na realidade, para mim, é um projeto que externa uma perversidade, uma maldade e uma humilhação.

É uma tentativa de humilhar os servidores do estado da Bahia com essa proposta em que eles dizem que haverá um reajuste linear de 4%. Oras! Sem sombra de dúvidas, eu penso que esses 4% sequer recompõem a questão da inflação. Então é realmente uma humilhação que tenta se impor aos servidores do nosso estado. Vou falar aqui ainda especificamente, ou especialmente, sobre as nossas forças de segurança do estado: Polícia Militar; a polícia que deve se transformar em polícia penal; a Polícia Civil; bem como todos aqueles que compõem a força de segurança e que colocam as suas vidas, diariamente, em risco para defender a sociedade.

Não podemos esquecer – e aqui eu faço questão de destacar aos colegas, em especial, no dia de hoje, quando está se discutindo esse assunto – que por trás de cada homem e de cada mulher que cumpre a sua missão, compondo ali as forças de segurança pública, existe uma família. Existe ali, ao lado desse homem e dessa mulher, esposo, esposa, filhos. E essas famílias, esses servidores das nossas forças de segurança pública precisam e devem ser valorizados e respeitados por esse governo. Então o que nós pedimos, o que nós solicitamos, é que se faça justiça! É que se respeitem esses servidores públicos; é que se respeitem as forças de segurança e que realmente ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) venham a contemplar aquilo que eles merecem.

Esse ato aqui não é um ato de pedinte, não, é uma questão de obrigação. É obrigação do Estado respeitar os servidores públicos, respeitar as forças de segurança. Que realmente a gente tenha um olhar e uma valorização, no que diz respeito aos

salários, aos ganhos, às carreiras, às estruturas. Precisamos de respeito aos servidores públicos! Precisamos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de respeito aos servidores das nossas forças de segurança!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Ludmilla.

A Sr.^a LUDMILLA FISCINA: Boa tarde, Excelência. Boa tarde, colegas e todos que estão aqui.

Quero, hoje, agradecer ao governador Jerônimo, que esteve no município de Alagoinhas, no domingo. Ele deu ordem de serviço ao novo Hospital Regional Dantas Bião, que vai atender 33 municípios; entregou uma ambulância; entregou kits odontológicos; também autorizou a compra dos equipamentos do hospital materno-infantil da cidade.

Então nós precisamos, aqui, parabenizá-lo e também a secretária Roberta, porque vai fortalecer mais ainda a saúde do nosso município de Alagoinhas e de mais 33 cidades do Litoral Norte e do Agreste Baiano.

Muito obrigada. Que Deus abençoe vocês.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas.

Eu venho a esta tribuna para saudar a chegada próxima do nosso querido presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que, no dia 11, estará conosco fazendo o lançamento nacional, finalmente, da nossa Lei Paulo Gustavo. A Bahia é o estado escolhido para o lançamento de uma lei que vai significar a injeção de R\$ 3,8 bilhões na cultura brasileira. Esse é um saldo importantíssimo, uma vitória, fruto de muita luta dos movimentos culturais do Brasil inteiro.

Nesse sentido, eu quero aqui saudar também o secretário Bruno Monteiro, saudar o governador Jerônimo Rodrigues, que estão preparando essa grande festa. São mais de R\$ 100 milhões para a cultura baiana. Portanto o dia 11 será um dia de muita alegria, um dia de muita força para a cultura, com a presença da ministra Margareth Menezes, mulher, negra, baiana, que está marcando a história do Brasil, nesse grande projeto de reconstrução da cultura nacional, do Ministério da Cultura e das políticas públicas de fortalecimento da cultura brasileira, na sua diversidade. Portanto, fica aqui a nossa saudação e o compromisso de participação neste grande ato.

Quero também saudar a nova ouvidora da Defensoria Pública do Estado da Bahia, mais uma mulher negra, que é a nossa querida Naira Gomes, que tem feito um trabalho importantíssimo na luta contra o racismo, que enfrentou e venceu a violência doméstica. É importante mostrar, nesse momento, que Naira, que já foi usuária dos serviços da Defensoria, hoje será uma ouvidora-geral da Defensoria.

Deputada Ludmilla, olha como a vida dá voltas! E dá voltas porque o movimento de mulheres chegou junto, sustentou, segurou a mão dela, nunca soltou, e agora a gente está vendo essa vitória linda. E eu quero também saudar a nossa atual ouvidora-geral, Sirlene Assis.

Tenho muito orgulho de todas essas mulheres que passaram pela Ouvidoria, mulheres negras, com história de luta e, mais uma vez, nós estamos com essa presença feminina e negra num espaço de decisão, de fiscalização da política pública, de orientação das ações da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Então um abraço a Firmiane Venâncio, nossa defensora-geral, um abraço a Naira, Sirlene, Vilma Reis, Tânia Palma e todas essas mulheres que passaram pela Defensoria e que estão fazendo a nova história da instituição.

Fechando esse parêntese, presidente, eu quero aqui também dizer que estou na luta e acho que o governo precisa construir uma proposta, mesmo que seja de desembolso paulatino, mas voltada para esse quadro de professores que estão nessa condição de receber os subsídios e nem estão mais lotados na Secretaria da Educação, mas sim na Secretaria da Administração. São 25 mil inativos e 355 ativos que não recebem o piso salarial, então sabemos do impacto na folha. Somente esse segmento teria um impacto de R\$ 1,3 bilhão, mas nós entendemos que, não podendo garantir tudo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que, pelo menos, nosso governador – que eu sei que tem vontade política, sim, tem boa vontade para fazer, o problema é que a colcha está curta – faça um meio-termo. Que pelo menos apresente uma proposta de escalonamento, mas que a gente consiga dar algum tipo de amparo também para os professores que recebem subsídio. No mais, saudar o piso salarial que chegou a esta Casa, que será votado para todos os professores da ativa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o que vai garantir também os professores indígenas. E nós seguimos na luta por mais e melhor, mas reconhecendo os avanços que há nessa pauta.

E que bom que o bloco As Muquiranas está presente, aqui no Plenário, presidente, dizendo “sim”, deputado Robinson, ao projeto que proíbe utilização das pistolas. Que bom que conversamos e conseguimos avançar. É isso! Nós temos de trabalhar juntos. É o bloco As Muquiranas reconhecendo a importância civilizatória...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) desse projeto e eu peço, portanto, aos colegas, que acompanhem e apoiem a aprovação do projeto, já que até o bloco As Muquiranas já reconheceu, depois do debate, do diálogo que tivemos, que é fundamental que esse projeto seja aprovado nesta Casa. Não há mais obstáculo algum, presidente. Só falta aprovar.

Obrigada, presidente, pela sua tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Hilton Coelho: Comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentar também a eleição de Naira para ouvidora-geral. Foi, realmente, uma vitória importante e, mais uma vez, a reafirmação da mulher negra à frente da nossa Ouvidoria. Ao mesmo tempo, quero saudar o trabalho realizado por nossa Sirlene Assis, um trabalho maravilhoso que fez história na Ouvidoria da nossa Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, eu pedi esta comunicação inadiável porque todos nós, com certeza, estamos consternados com as notícias que vieram da chegada à imortalidade de duas personalidades deste Brasil, deste país: o ex-deputado David Miranda, que foi deputado pelo Partido Socialismo e Liberdade, realizou um trabalho espetacular relacionado à comunidade LGBTQIA+ e todas as questões relacionadas a gênero neste país; e uma das nossas estrelas maiores, a nossa Rita Lee, que nos deixou também, e eu não preciso falar do significado cultural, da personalidade de Rita Lee, sua irreverência, seu traço marcadamente feminista, da *“Pagu indignada no palanque”* e de tantas outras letras que marcaram o seu estilo e fizeram história na cultura do nosso país.

Por isso, Sr. Presidente, por essas duas personalidades que entram na imortalidade da história do povo brasileiro, nós queremos pedir 1 minuto de silêncio.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por favor, 1 minuto de silêncio.

(Faz-se 1 minuto de silêncio.)

O Sr. Hilton Coelho: David, presente! Rita Lee, presente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, galerias presentes, subo aqui, hoje, para dar ciência a esta Casa de que dei entrada no Projeto de Lei nº 24.880/2023, que aplica sanções administrativas aos estabelecimentos comerciais cujos funcionários ou prepostos pratiquem atos discriminatórios de racismo, injúria racial ou de qualquer outra natureza.

Deputada Olívia, nós acompanhamos, ao longo dos anos, algo que virou rotina contra os negros e as negras que frequentam os estabelecimentos comerciais no Brasil. Episódios absurdos, como os jovens que foram assassinados por serem acusados de ter furtado carne de charque em um supermercado de Salvador; ou uma senhora, em Curitiba, que teve de chegar ao ponto de desespero de tirar a roupa e ficar seminua, dizendo que não era uma ameaça, porque era seguida por vigilantes e seguranças daquele estabelecimento. Ou, esta semana, como aconteceu aqui, novamente, em Salvador, que um casal foi duramente espancado por ter sido acusado de ter leite em pó nas suas mochilas. Então essa é a violência contra os negros, essa violência contra aqueles que não têm o mesmo direito quando frequentam os estabelecimentos, que é o direito básico de ir e vir. Essas pessoas são vigiadas, são seguidas e, quando são acusadas, são espancadas e até mesmo mortas em estabelecimentos comerciais.

Então há a punição criminal que deve ser aplicada com rigor aos praticantes, mas as empresas dizem simplesmente o seguinte: “Nós não concordamos com isso, foi uma empresa de segurança terceirizada que nós contratamos, e nós vamos substituir a empresa”. Substitui-se a empresa, mas os problemas continuam acontecendo. Então os contratantes têm de ser responsabilizados! E o meu projeto de lei, para o qual eu peço apoio desta Casa, é para imputar as sanções administrativas.

Primeiro, multar. A empresa que fizer isso, o Procon deve multar e, se ela reincidir, deve-se dobrar a multa, porque só pegando no bolso é que a gente vai conseguir educar. Depois, elas têm de ser proibidas de contratar com a administração estadual, não poderão participar de licitação, não poderão ter nenhuma vantagem fiscal ou se beneficiar de qualquer processo de refinanciamento de dívidas, porque a atitude dela não condiz com a dignidade humana. E, infelizmente, nós vamos ter de punir essas empresas para garantir os direitos do nosso povo, especialmente do nosso povo negro e do nosso povo pobre.

Quero dar ciência a esta Casa de que entrei com esse projeto de lei para poder enfrentar esse problema que se repete há séculos no Brasil e até hoje faz parte da nossa realidade cotidiana.

Eu também não posso deixar de registrar aqui que fui relator do projeto de lei da deputada Olívia Santana que proíbe o uso de pistola de água nas atividades carnavalescas. E eu quero destacar que esse projeto não é voltado a nenhum bloco ou entidade do Carnaval, porque esse artefato não é distribuído, não é oferecido, não faz parte da indumentária e da fantasia. É uma iniciativa própria, direta, de pessoas que comprem isso e vão para as ruas para constranger outras pessoas. E é desagradável um pai, uma mãe, uma pessoa estar na rua...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e receber um jato d'água no rosto ou no seu corpo com a violência que isso é feito e, muitas vezes, de conteúdo sexista para expor o corpo da mulher. Então é uma violência, e eu creio que esta Casa tem de votar a favor desse projeto, para garantir a tranquilidade e a segurança. E eu quero parabenizar As Muquiranas pelo apoio a essa iniciativa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Eures Ribeiro.

O Sr. EURES RIBEIRO: Sr. Presidente, nobres pares, venho à tribuna desta Casa Legislativa render homenagem aos prefeitos e às prefeitas da Bahia que trabalham e que são organizados, organizam seu Orçamento, planejam as suas tarefas, planejam as contas públicas.

Fui prefeito de minha terra, Bom Jesus da Lapa, por 8 anos, reeleito com a maior margem dos prefeitos reeleitos do Brasil, com 86,7 % dos votos numa reeleição, mas eu organizava as funções públicas e administrativas, quando eu era prefeito. Os

festejos, o Orçamento da saúde, o Orçamento da educação, tudo era muito bem planejado e controlado. E quando o prefeito faz isso o resultado é sucesso na gestão e a população avalia o prefeito, tanto que fui reeleito, digo, com a maior margem dos prefeitos reeleitos do Brasil, no ano em que eu fui reeleito.

E fico sentido com a minha região, Oeste da Bahia, ao ver prefeitos organizados financeiramente e prefeitos que se dizem organizados sendo desorganizados financeiramente, sem planejamento orçamentário e fiscal para administrar os seus municípios.

Faço aqui menção aos festejos juninos que cada prefeito tem de organizar. Há dinheiro da saúde, dinheiro da educação, dinheiro da infraestrutura e das festas, porque elas mobilizam a economia pela Bahia afora. São João, por exemplo, Sr. Presidente, movimenta muito a geração de emprego formal e informal na Bahia. Lembro-me de quando eu era prefeito que, de cada 1 milhão que nós investíamos, 5 milhões voltavam em receita, em forma de emprego e renda. Era a cabeleireira cujo salão enchia porque todo mundo queria ficar bonito para ir à festa; era o vendedor de espetinho; eram as pessoas humildes dos bairros periféricos com as suas caixinhas vendendo refrigerante, vendendo a sua cerveja ou a sua água mineral. No final das contas, todo mundo saía ganhando, principalmente a economia informal.

E fico pasmo de saber que na minha região, no Oeste da Bahia, o maior município, Barreiras, cancelou o seu São João, na contramão de Luís Eduardo Magalhães, em que o prefeito, de forma organizada, está fazendo os festejos; na contramão de Bom Jesus da Lapa, onde o prefeito Fábio Nunes está organizando um grande São Pedro; na contramão da prefeita Jandira, do município pequenininho de Baianópolis, onde a prefeita está organizando os festejos. Isso vai fomentar a economia nesses municípios.

Ora, Sr. Presidente, justo o maior município, com o maior ICMS, a capital da soja, com a maior receita financeira do Oeste, cancelar justo a festa do seu padroeiro, o São João. Olha que Barreiras tem São João como seu padroeiro! Na semana passada, eu vim a esta tribuna e fiz o apelo ao prefeito Zito e venho novamente: prefeito, não faz isso com o povo! Tinha a exposição e o senhor a cancelou argumentando ao povo de Barreiras que iria cancelar a exposição, que era uma grande exposição, uma das maiores do Brasil, para fazer o São João. E agora Barreiras não tem nem a exposição e nem o São João. Como fica o CDL? Como fica o comércio? Como ficam os católicos que têm devoção ao seu padroeiro São João, que é o padroeiro da cidade de Barreiras?

Venho novamente aqui, prefeito Zito, pedir o bom senso do senhor! Reveja essa posição que, no meu ponto de vista, é totalmente equivocada. Barreiras tem...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) recurso, Barreiras tem dinheiro, é o maior ICMS. Dizer que o parque está em reforma não é desculpa, com tantas avenidas grandes para se fazer o São João em Barreiras. Então venho aqui, novamente, fazer um apelo: prefeito, escute o povo! Escute os comerciantes! Volte atrás e realize os festejos juninos!

Viva o São João! Viva o povo de Barreiras!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Raimundinho.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde a todos os colaboradores desta Casa. Sr. Presidente, venho aqui, mais uma vez, parabenizar a nossa amiga, deputada Ludmilla, que eu tive a honra de estar na sua cidade, onde o governador também disponibilizou a construção de um hospital. Achei muito gratificante a minha ida a Alagoinhas. Quero parabenizá-la pelo seu trabalho e do seu esposo também, que está ali desenvolvendo a política de cuidar de gente.

E quero também aqui externar a minha alegria de estar, no sábado passado, ao lado do nosso governador, ao lado do nosso vice-governador e do meu amigo ali, a minha sombra, Matheus. Tivemos um café da manhã, coisa que eu nunca vi, Sr. Presidente, um governador tomar café ao lado dos catadores de reciclagem. Então vemos que estamos hoje ao lado de um governador que, realmente, tem no coração a palavra humildade. É isso que eu vejo no nosso governador Jerônimo, é isso que eu vejo no nosso vice-governador. Fico muito feliz de estar acompanhando essa equipe, esse grupo que tanto me orgulha fazer parte.

E quero aqui também, Sr. Presidente, chamar a atenção da Bahia Norte, que tem sete praças de pedágio, onde está tendo o pior trabalho prestado ao nosso usuário. Hoje, eu registrei, na Cia Aeroporto, mais de 2 quilômetros de engarrafamento. Tive uma reunião com Guilherme, falei com ele na segunda-feira, ele ficou de ter uma posição e, quando foi ontem, eu passei e as coisas estão se repetindo.

Então quero chamar a atenção desta Casa, Sr. Presidente, para a forma que essas concessionárias – tanto a Viabahia quanto a Bahia Norte –, hoje, fazem pouca questão de nós, usuários. Eu tive o desconforto de chegar atrasado ao vir para uma reunião com o governador, por causa do engarrafamento que tinha na praça de pedágio. Havia cinco cancelas que eram para estar com funcionários atendendo aos usuários e só tinha uma funcionando. E por incrível que pareça, Sr. Presidente, até o Sem Parar estava engarrafado, sem contar a forma como hoje a Bahia Norte está conduzindo os trabalhos na nossa região. Falo da cidade de Dias d'Ávila, onde a gente tem uma feira que acontece aos domingos, em plena beira da margem da BA-093, e lá não tem nenhuma segurança, lá não tem uma faixa de pedestre, lá não tem segurança nenhuma para os usuários, para os pedestres que trafegam pela aquela rodovia.

Eu quero aqui deixar a minha indignação quanto à Bahia Norte, já definimos hoje, na pauta das nossas comissões, que vamos fazer um convite ao presidente para que ele venha até esta Casa esclarecer os deveres e as obrigações deles.

Quero aqui também parabenizar todos, dar o meu apoio ao bloco As Muquiranas, dizer que nós também apoiamos essa iniciativa de vocês, que todos merecem respeito, e eu tenho certeza de que nós vamos estar juntos apoiando as suas reivindicações.

Estamos juntos! Deputado Raimundinho da JR vai estar também lutando pela aprovação dos seus projetos.

Um abraço! Uma boa tarde a todos.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, nobre presidente, antes de começar a minha fala, eu queria só registrar as presenças dos amigos ali, colaboradores, os vereadores de Piatã Beto Bahia e Mironzinho, ali está a equipe da cidade que já ganhou várias vezes o prêmio de melhor café do Brasil com o café Rigno. Piatã é a cidade mais alta da Bahia, onde se produz o melhor café e boa gente, lá se fazem cavalgadas maravilhosas.

Mas, Sr. Presidente... O café melhor do Brasil está lá em Piatã.

Mas, Sr. Presidente, nobres deputados, eu queria aproveitar e convocar os deputados que estão em seus gabinetes para virem à sessão para esperarmos o líder. O líder da Federação já está aqui, e nosso líder do Governo já chegou também para nós pautarmos a nossa PEC, já está pacificada, concordando com o governador, não vai ter problema.

Então, eu queria fazer esse apelo ao nosso presidente e aos líderes da Oposição e da Situação para aprovarmos aqui esses requerimentos de urgência e tirarmos do papel essa PEC, votarmos e, a partir do ano que vem, termos o aumento dos valores das emendas impositivas neste Parlamento.

E ainda, nobre presidente, tem um outro projeto de lei de minha autoria, está aí desde 2019, que beneficia os municípios do estado da Bahia, os municípios que estão com dificuldade financeira e, em especial, com a suas certidões negativas. É um projeto para contemplar os municípios nas áreas prioritárias da saúde, educação e assistência social para que eles possam assinar convênios, mesmo com a situação de inadimplência. Brasília funciona assim já há muitos anos nas áreas prioritárias, que são a saúde, a educação e a assistência social.

Eu queria fazer, então, o apelo também ao nosso presidente e aos nossos líderes da Oposição e Situação para que aprovem a dispensa de formalidades e, assim, possamos tramitar, com urgência, esse outro projeto de lei que beneficia todos os municípios do estado da Bahia.

Então, nobre presidente, era essa a reivindicação que eu queria deixar aqui registrada nos Anais da Casa. A gente está, desde o ano passado, tentando pautar essa PEC, V. Ex.^a, que é um presidente no seu segundo mandato, um presidente querido por todos deste Parlamento, pode aprovar esse requerimento, já assinado por mais de um terço dos deputados, pedindo urgência na tramitação da referida PEC.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.
Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde! Boa tarde, nobres colegas, amigos da imprensa, amigos das galerias que acompanham esta sessão. Sr. Presidente, sessão bastante concorrida, nós vemos a Casa hoje tomada pela Polícia Militar. Não sei o que foi que houve, parece que o governo não queria a presença dos servidores nesta Casa, para onde diversos projetos de reajustes, desde salários e percebimentos até contribuições, foram enviados.

Alguns desses projetos reformulam estruturas da administração pública. Ao todo, foram 13 projetos encaminhados na semana passada, alguns bastante complexos, e nós entendemos que devemos nos aprofundar no conhecimento dessas matérias. Afinal de contas, elas irão trazer impactos não só para a vida dos servidores do estado da Bahia, deputado Hilton Coelho – alguns, dentro das suas categorias, já se mobilizam para visitar esta Casa, para discutir os assuntos –, mas também impactos na vida de toda a população do estado da Bahia.

Um questionamento que eu trouxe ainda nesta semana, Sr. Presidente, foi em relação ao reajuste do Planserv. Nós vimos uma proposta de aumento linear de 4% no percebimento dos vencimentos dos servidores públicos do estado da Bahia, um aumento linear atingindo todas as categorias, claro que algumas terão um tratamento diferenciado com leis encaminhadas especificamente para elas. Mas, de modo geral, haverá um reajuste de 4% que sequer recompõe a perda salarial do último ano frente ao que a inflação fez com o poder de compra de toda a população.

O que nós vimos foi o governo do estado ter um incremento de arrecadação de mais de R\$ 10 bilhões, fechando o ano de 2022, em relação a 2021, com um aumento de mais de 10%, e ele ofereceu aos servidores, algumas categorias há 8 anos sem reajuste, um reajuste de 4%.

Eu chego a dizer, deputado Sandro Régis, que ele dá com uma mão, e toma com a outra no momento em que reajusta a contribuição do Planserv desses servidores, iniciando em 4% nos salários mais baixos e chegando a 8% nos recebimentos maiores. Eu chegaria a dizer que ele não dá com uma mão, e toma com a outra, ele dá com uma mão, e toma com as duas mãos.

Sr. Presidente, são matérias que precisam, sim, ser discutidas por esta Casa, por todos que defendem os servidores. É preciso, sim, receber, na Casa, essas categorias para discutirmos, para entendermos qual é o impacto. É importante, deputado Luciano, lembrar que o Planserv, além de tudo, foi transferido para uma empresa privada, reduzindo a sua rede de atendimento, concentrando-a em nossa capital.

Isso força os servidores do estado da Bahia a vir a Salvador em busca de atendimento, não só lotando essas unidades, como também sobrecarregando a rede de atendimento e saúde de Salvador, que, em algumas UPAs e alguns postos de saúde, chegam a atender mais gente do interior do que da própria capital.

Então, realmente são matérias que, como eu falei, acabam impactando a vida de toda a população, precisam ser discutidas, não podemos atropelar, Sr. Presidente... Eu convido esta Casa a debater esses assuntos tão importantes, principalmente quando mexem com o sustento de diversas famílias.

Eu gostaria de pedir à nossa bancada que, se possível, depois desta sessão, nós estávamos em reunião, nos reuníssemos novamente para analisar projeto a projeto, entender quais são os projetos que podem ser apreciados de maneira mais acelerada e estudar aqueles que realmente precisam de um aprofundamento, precisam de um maior entendimento, inclusive ouvindo as categorias.

É isso que eu trago, Sr. Presidente, na tarde desta terça-feira, convidando todos os colegas para acompanharem essas matérias que, em breve, serão apreciadas nesta Casa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Luciano Simões.

Desistiu?

(Intervenção fora do microfone.)

Deputado Tiago, foi porque eu comecei a sessão mais cedo, o que é permitido.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde, amigos e amigas desta Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o que me traz à tribuna, no dia de hoje, é a situação precária que está se passando no município de Ipirá, a questão do polo calçadista daquele município, polo calçadista este que surgiu, foi construído, no ano 2000, do então governador Paulo Souto, resultando na geração de mais de 2 mil empregos diretos naquela cidade.

Por conta de dificuldades graves que o setor vem passando há alguns anos, o atraso do pagamento dos funcionários daquelas fábricas é uma realidade hoje, infelizmente. Aproveito a tribuna desta Assembleia e faço aqui um apelo ao governo do estado da Bahia para que chame os empreendedores, a sociedade local e faça realmente acontecer o entendimento para se compreender as dificuldades da empresa. Porque, se continuarmos dessa forma, caminharemos a passos largos para o fechamento dessa fábrica, o que vai ser uma verdadeira ruína não só para o município de Ipirá, mas para toda a região.

Volto a dizer, a capacidade de 2 mil empregos diretos, se cair, será, pela via indireta, o dobro disso: 4 mil empregos serão perdidos. É fundamental que nós aqui, na Assembleia Legislativa, nos mobilizemos junto ao secretário de Desenvolvimento Econômico da Bahia, levando a luz, a atenção e todo o cuidado que essa situação requer, para que não seja fechado esse polo calçadista tão importante no Sertão da Bahia.

Volto a dizer que esse polo fez uma revolução no município de Ipirá e em toda a região, pelo dinheiro que circula no comércio daquela cidade e das cidades circunvizinhas, os empregos gerados, e não só os empregos gerados dentro da fábrica, mas no entorno de toda a atividade econômica.

Não podemos deixar... E aqui eu apresento mais uma vez um pleito importante ao governador da Bahia, que veja isso com muita atenção, chame os empreendedores, os empresários, os sindicatos locais, entenda o que está acontecendo para que a gente

mantenha esses empregos e, mais que isso, para que a gente possa ampliar e atrair novas empresas para aquela mão de obra que já está capacitada.

Lembrando que isso começou lá atrás, nos anos 2000 – e a gente tem que recordar, claro, evidente, o povo de Ipirá não esquece –, na gestão do ex-prefeito Dr. Luiz Carlos Martins. Mas não se trata aqui do pleito de um lado político, é o pleito da população de Ipirá e de toda a região, a gente precisa do vigor daquela empresa para que os empregos sejam mantidos e, com fé em Deus, ampliados.

Fica aqui o nosso pleito. Que o secretário de Desenvolvimento Econômico do estado da Bahia chame, entenda o que está acontecendo e chame a empresa para que haja uma organização, que não deixemos se perder esse investimento tão importante em Ipirá e, claro, no interior de toda a Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao representante do Psol para falar ou indicar orador pelo tempo 2 minutos.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Presidente, primeiro saudar aqui as lideranças indígenas, os servidores públicos que estão na expectativa, que nós tenhamos um debate democrático em relação à situação do conjunto do funcionalismo público. Os servidores já têm consciência da posição do Partido Socialismo e Liberdade, do PCB e da Unidade Popular. Para nós, não existe qualquer justificativa para que o governo dê um reajuste linear de apenas 4%.

Para nós, existe gordura, cerca de R\$ 10 bilhões, o que faz com que o governo tenha a possibilidade de ter uma elasticidade muito maior e contemplar uma dívida histórica com o conjunto dos servidores públicos, além de responder a problemáticas específicas, como a situação do piso para a categoria dos professores, dos educadores e educadoras, sejam os aposentados, as aposentadas, sejam aqueles educadores e educadoras do Reda e aqueles efetivos que estão na ativa, no nível 1 e 2, completamente desrespeitados do ponto de vista da sua carreira.

Há também os trabalhadores da Polícia Civil, que precisam de um salário de nível superior, essa é uma dívida que vem desde 2009, e o governo não responde. Neste momento, em que existe gordura para fazer isso, é preciso ter um reajuste linear muito maior...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que dialogue com a perda das categorias, que chega a quase 54%.

Por isso, Sr. Presidente, nós queremos marcar aqui, além da situação dos professores indígenas, uma parte significativa de professores que hoje são Reda e estão recebendo muito abaixo do piso. Tudo isso precisa ser resolvido neste momento em que o governo tem, de fato, margem de manobra para corrigir injustiças históricas contra o funcionalismo público.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Estamos na luta, a posição do Psol é a de que esses projetos não sejam votados no afogadilho, é preciso ter discussão, mesa de negociação de fato. Abaixo a mesa de comunicação, que foi o que o governo fez! Eu nunca vi isso na história da luta sindical, um governo que simplesmente se senta com os servidores públicos e diz: “Nós não estamos negociando, nós estamos comunicando”. Então, nós temos uma mesa de comunicação, e não mesa de negociação, e a mesa de negociação precisa existir.

Precisamos fazer esse debate e começar a fazer a discussão, inclusive, daqui, da situação dos trabalhadores da Casa, da Assembleia Legislativa, que precisam ter reajuste também, e é preciso contemplar os Redas, os trabalhadores Redas que estão aí, muitos há quase uma década, sem reajuste dos seus salários.

É preciso toda essa discussão sobre a situação do nosso serviço público, inclusive da qualidade do serviço da nossa Assembleia Legislativa, porque servidor sem dignidade dificilmente vai conseguir dar o seu melhor, tudo isso nós precisamos colocar em pauta. Mas, de maneira emergencial, para os projetos do Executivo, nós precisamos valorizar os servidores públicos.

Por fim, Sr. Presidente, existem projetos de alterações administrativas na Polícia Militar, para os bombeiros militares, para a Polícia Civil, para a Polícia Penal, a criação da Polícia Penal, que precisam de um debate profundo nesta Casa. Por isso, não podemos aprovar urgência urgentíssima e simplesmente votar esses projetos sem que os deputados tenham feito...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) um debate entre eles mesmos e com a própria sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB para falar ou indicar orador pelo tempo 10 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/Avante para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador...

O Sr. Tiago Correia: Manuel Rocha.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não ouvi, deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Manuel Rocha.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Manuel Rocha.

O Sr. MANUEL ROCHA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, venho aqui hoje, na tribuna, para me posicionar sobre o projeto de lei encaminhado pelo Executivo que propõe o reajuste de 4% para os servidores públicos estaduais.

Realmente isso envergonha e entristece todos nós que defendemos a importância do servidor público do estado. O governo estadual adota aquela prática do “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, porque eles sempre bateram no governo federal em relação aos salários, diziam que o reajuste era abaixo da inflação, que não repunha o valor real do salário aos trabalhadores, e agora o governo do estado encaminha um projeto de lei concedendo um reajuste de apenas 4%.

Isso é inaceitável, nós, enquanto Bancada da Oposição, iremos nos manifestar para que o governo possa rever e, no mínimo, conceder um reajuste que reponha os valores da inflação. Estamos trabalhando, já tivemos uma reunião com o líder Rosenberg, já expressamos a nossa posição e apelamos para os deputados da base para que façam essa pressão junto ao governo do estado.

Não dá para esta Assembleia votar um reajuste de 4%. E que todos os servidores públicos estaduais tomem conhecimento da posição de cada deputado, de cada partido, para ver quem realmente vai estar ao lado do servidor público estadual.

Era isso que eu tinha a falar, muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, o deputado líder Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, deputados, na verdade, chegaram a esta Casa em torno de 14 projetos. Tivemos algumas conversas na nossa bancada, há a situação de que o governo quer realmente trazer, para votação, esses projetos, então, antes de começarmos qualquer discussão acerca deles, eu queria pedir a verificação do quórum para dar continuidade à presente sessão.

Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desculpe-me, meu amigo líder.

O Sr. Alan Sanches: É a verificação do quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosenberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosenberg Pinto: Oh, presidente, eu queria, primeiro, dizer que hoje estão tramitando na Casa diversos projetos, inclusive um dos projetos diz respeito à comunidade indígena, aos professores indígenas. Este projeto, ele já esteve aqui na Casa, foi retirado de pauta e voltou agora com os ajustes para equiparar os professores indígenas aos demais professores numa tabela que foi apresentada.

Houve o questionamento de alguns deputados de que o piso salarial, a aplicabilidade do piso salarial deveria ser a partir de 1º de janeiro, e é correto, a lei diz assim. Porém, houve um acordo com o presidente da APLB, Rui Oliveira, para que uma parcela fosse iniciada em março e a outra parcela em julho. Por que isso? Porque, pela primeira vez, o piso salarial será estendido a todos os servidores da educação.

Então, isso, o esforço que o governador está fazendo, vai gerar só neste ano um investimento de 1 bilhão, 370 milhões de reais. E nós tivemos nesse quadrimestre, deputado Robinho, uma redução de receita em relação ao quadrimestre do ano passado, então, isso é para que a gente também não aprove algo que a gente não possa cumprir.

Por isso, presidente, eu quero dizer da importância de nós votarmos esse projeto aqui, se houver a aquiescência de todos os deputados, até porque a comunidade indígena tem vindo aqui. Se o projeto viesse sozinho, eu sei que já teríamos a anuência da Oposição porque nós já tínhamos feito um acordo nesse sentido, só que ele veio agregado ao projeto global. Mas, se houver esse entendimento... Obviamente, para não ter a necessidade de a comunidade indígena estar aqui, eles já vêm visitando esta Casa há uma semana, e muitos vêm de longe.

Em função de o deputado Alan ter pedido verificação de quórum para a continuidade da sessão, eu quero convidar todos os deputados e deputadas que se fazem presentes nesta Casa a comparecerem ao Plenário para fazermos a verificação. Visualmente nós já estamos aqui com 54 deputados presentes, se V. Ex.^a contar aqui...

O Sr. Hilton Coelho: Eu quero pedir verificação de quórum nominal, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto: (...) nós temos mais que 21 deputados. Mas eu queria, até para que V. Ex.^a pudesse ter tempo de contar e com muita tranquilidade, que marcasse o tempo regimental para que ser feita a verificação de quórum, atendendo ao pedido do deputado Alan. Nesse sentido, eu queria pedir a todos os deputados e deputadas que estão nesta Casa para se dirigirem ao Plenário para que a gente possa atender o pedido de verificação de quórum.

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton, deixa eu...

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Visivelmente. Não foi solicitada a verificação nominal, há quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Hilton Coelho: O.k., Sr. Presidente, eu faço...

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, eu tinha pedido verificação nominal, Sr. Presidente, o senhor não ouviu.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O deputado Alan não solicitou que fosse nominal.

O Sr. Tiago Correia: Eu pedi a questão de ordem contra a fala do deputado Rosemberg...

O Sr. Rosemberg Pinto: Mas é uma fala contra a outra, já foi feita, agora... Daqui a 30 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago, daqui a 30 minutos V. Ex.^a pede.

O Sr. Tiago Correia: Pois não, Sr. Presidente.

O Sr. Hilton Coelho: Oh, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma, deputado Hilton! V. Ex.^a já participou, já fez questão de ordem, questão inadiável, dê vez aos outros.

O Sr. Hilton Coelho: O.k.

O Sr. Alan Sanches: Deputado, só para entender, porque eu não consegui perceber, olhando a Bancada do Governo, eu não consigo enxergar 20 deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não, estou dizendo todos os deputados da Casa.

O Sr. Alan Sanches: Não, não, não! Não, não! Não é... não é dessa forma... (Intervenção fora do microfone.)

(...) O Sr. Alan Sanches: (...) Não! Não é dessa forma que funciona. V. Ex.^a abriria os 15 minutos, não precisaria dessa solicitação para que o Governo fizesse... Mas se quer agir dessa forma, para mim, não tem problema, não tem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Até porque os deputados precisam estar aqui no Plenário. Marque-se os 15 minutos, e vamos fazer a verificação.

O Sr. Alan Sanches: Ah, muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A Bancada do Governo tem que estar presente.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu faço questão de me pronunciar em relação ao projeto relacionado ao piso da educação e marcar algo que é fato, não sou eu que estou falando, não é uma liderança sindical que está observando. É fato que estão apresentados, no PL do piso, alguns avanços que não podem ser desprezados no piso da educação, mas também é fato que existem mais de 25 mil aposentados e aposentadas, educadoras e educadores, que não estão contemplados por esse PL na sua relação com o piso.

E é um processo que já vem há muito tempo se desenrolando, o processo de defasagem. Existem educadoras e educadores que estão ganhando uma remuneração que não garante nem a possibilidade de alimentação de sua família. Então, é uma situação humilhante para esses trabalhadores e essas trabalhadoras, assim também como esse projeto não obedece à lei do piso no que diz respeito ao quadro composto pelos trabalhadores Redas, que são milhares e milhares.

Além disso, há uma parte dos efetivos que permanecem no limbo do ponto de vista da carreira, no nível 1 e 2, eles estão fora há muito tempo, não são contemplados com reajustes que são dados à totalidade dos ativos e ativas no estado da Bahia. E, mais uma vez, essa injustiça está sendo apresentada nesse PL...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Hilton Coelho: Portanto, não é verdade – para concluir, Sr. Presidente – o que o líder Rosemberg falou aqui, que o projeto contempla toda a categoria. Grande parte da categoria, volto a dizer, aposentados e aposentadas, trabalhadores da educação do Reda, trabalhadores da ativa, coordenadores pedagógicos e professores que são do nível 1 e 2 não estão contemplados por esse projeto, e ainda há tempo de o governo rever e corrigir essa injustiça histórica.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Srs. Deputados da Bancada do Governo que estão presentes, deem a presença.

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É... só 1 minuto, deputado Robinson.

Srs. Deputados, deputado Roberto Carlos, já deu presença? Deputado Eures, deputada Cláudia, deputado Eduardo, Bobô, Marquinho Viana, Ludmilla...

O Sr. Robinson Almeida: O deputado Alan... o deputado Alan que fez a questão de ordem. Alan não deu quórum, não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, pode usar da tribuna, deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, eu queria aqui, hoje, fazer uma reflexão sobre a atitude do governador Jerônimo Rodrigues de, em apenas 4 meses de governo, conceder um reajuste aos servidores públicos que varia de 4% até 17% e significa um reajuste médio de 11%, se comparado o impacto de R\$ 1,4 bilhão na folha de pessoal para o ano de 2023.

O governador Jerônimo Rodrigues tomou a atitude de pagar integralmente o piso nacional do magistério, 14,39%, ele tomou a decisão e vai pagar, a Bahia vai pagar integralmente. Todos sabem aqui das dificuldades de vários estados e municípios de pagar o piso nacional, o governador está honrando a sua origem, está honrando a sua história, e os professores baianos vão receber integralmente o piso.

Além disso, ele faz uma reestruturação muito importante na segurança pública criando vagas no oficialato para destravar a ascensão da carreira, o que é importante para fortalecer a segurança pública, e regulamenta a Polícia Penal, um dos projetos de lei enviado a esta Casa.

O governador Jerônimo honra os seus compromissos de nenhum servidor público ter vencimento base abaixo do salário-mínimo. Então, eu quero parabenizá-lo pela coragem de, no primeiro ano de governo, praticar esse reajuste, eu sei que os servidores querem, merecem e precisam de mais, mas é sempre aquela situação do cobertor curto, e o governador tem que cuidar de investimentos na saúde, na educação, na infraestrutura... Por isso mesmo é importante que ele garanta também a recomposição dos servidores públicos.

Então, da minha parte aqui, é parabenizar a atitude de coragem e avisar a V. Ex.^a que já foi atingido o quórum porque o requerente do pedido, deputado Alan Sanches, encontra-se na Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, já existe quórum, 21 deputados, com o Sr. Alan, o proponente.

Com a palavra... Concedo a palavra ao líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do União Brasil para falar ou indicar orador pelo tempo de 14 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo...

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, quando é o União Brasil, o senhor já diz que não há orador; quando é o líder do Governo, o senhor diz "concedo a palavra ao líder do Governo" e não fala mais nada, espera por ele. Eu acho que não pode ser dessa forma, o União Brasil está presente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a está equivocado.

O Sr. Alan Sanches: (...) O União Brasil está presente e quer usar o tempo. Se V. Ex.^a não quiser permitir, V. Ex.^a pode dizer que não permite, a bancada toda sai, mas não pode ser dessa forma. Já é a segunda vez, nesta sessão, que o senhor está fazendo isso.

V. Ex.^a sempre foi um homem extremamente republicano, mas, se está com pressa para alguma coisa, V. Ex.^a tem que me comunicar. Como líder da Oposição, eu preciso saber, até para ajudar V. Ex.^a, mas da forma que V. Ex.^a está fazendo, eu não posso nem parar para conversar com um colega, que V. Ex.^a atropela e diz que não vai ter mais orador.

Eu não estou entendendo a pressa de V. Ex.^a, só precisa comunicar a mim, só isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado, meu amigo Alan, é que você estava um pouco desatento, este presidente é mais do que democrático.

O Sr. Alan Sanches: Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, mais uma vez, subo à tribuna, nesta tarde, agora para convidar toda a população baiana para a I Feira Baiana de Cafés Especiais, que acontecerá em Salvador, no dia 20 de maio, a partir das 13 horas, no pátio do Goethe-Institut. Sabendo que o Brasil é o maior produtor mundial de café, segundo maior consumidor mundial de café, Sr. Presidente, produzindo praticamente 40% de todo o café que é consumido no mundo. E é uma cultura que impulsiona não só o Brasil, mas o estado da Bahia, que é o quarto maior produtor de café do Brasil, essa cultura que emprega milhares de pessoas e faz com que a Bahia seja ainda mais reconhecida não só no Brasil, mas no mundo inteiro, com seus cafés especiais do planalto de Vitória da Conquista e da Chapada Diamantina.

Então, no mês em que se comemora o Dia Nacional do Café, Salvador recebe a I Feira Baiana de Cafés Especiais. Queria dizer, Sr. Presidente, que a Bahia, como mencionei há pouco, está entre os quatro maiores produtores do país e tem a previsão de, neste ano, ter um incremento de 1% na sua produção, atingindo 3,6 milhões de sacas beneficiadas neste ano de 2023, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab.

É muito importante, Sr. Presidente, trazer este assunto a esta Casa para mostrar o quanto a agricultura e a pecuária impulsionam o nosso estado, o quanto a agricultura e a pecuária geram empregos, trazem divisas, levam o nome do nosso país e do nosso estado pelo mundo, alimentando milhões de famílias. Então, é muito importante que esta Casa se debruce sobre esta categoria, se debruce sobre este tão importante meio de geração de emprego e renda para trazer condições para que o homem do campo continue produzindo, continue gerando emprego, continue gerando renda de maneira sustentável, preservando o meio ambiente e promovendo o bem-estar de toda a população, Sr. Presidente, quando leva alimentos à mesa de todos.

Então, convido todos a participarem dessa feira. E é isso que eu trago, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Nobre líder do Governo e da Maioria ou os líderes dos partidos PT, PCdoB, PV.

O Sr. Rosenberg Pinto: Sr. Presidente, vai falar, pela metade do tempo, a deputada Olívia Santana; e, pela outra metade do tempo, o deputado Robinson Almeida.

Marquinho vai... Marquinho Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres deputados, volto a esta tribuna para fazer, também novamente, um apelo aos deputados que se encontram nos seus gabinetes, nos corredores e que estejam nos ouvindo aqui, nesta Casa, para comparecerem ao Plenário porque temos votações. Sei que ali fora, na sala ao lado, há diversos deputados e precisamos ter aqui o quórum máximo para podermos votar as matérias que estão na pauta aqui, não é? Precisamos de 38, com o presidente, 39. Então, faço um apelo aos nobres deputados que se encontram nas dependências desta Casa para que compareçam ao Plenário. Temos diversos projetos para votação e acho que diversos projetos que estão na pauta já estão pacificados e acordados com as lideranças da Maioria e da Minoria.

Não há por que ficar com esses projetos abarrotando as gavetas, enchendo as gavetas da nossa diretoria, do nosso amigo Carlos, cheio de projetos precisando ser votados para melhorarmos a qualidade de vida do povo do nosso estado.

Então, nobre presidente, eu novamente faço, aqui, esse apelo. Eu sei que há diversos deputados atendendo em seus gabinetes, atendendo à população que o conduziu a esta Casa, diversos parlamentares em algumas secretarias, acompanhando demandas dos seus municípios. Então, acho que devem interromper por alguns minutos e comparecerem ao Plenário para que possamos ter quórum suficiente para apreciarmos as matérias que estão na pauta.

Eu faço esse apelo. Sei que nós somos, aqui, 63 parlamentares e, às vezes, são 63 que pensam um pouco diferente um do outro, mas quando é matéria pacificada, já acordada, de interesse de todo o nosso estado, não tem por que ficar parado, sem podermos votar. É esse o apelo que eu gostaria de fazer aos nobres colegas deputados que estão pelas dependências desta Casa que compareçam ao Plenário o mais brevemente possível.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, eu quero saudar, aqui, a comunidade indígena presente a esta nossa sessão e dizer do nosso carinho, do nosso apreço, do nosso apoio a todas as etnias e da importância de o Brasil fortalecer as políticas públicas para continuar a história, o legado desse nosso povo ancestral.

Se nós somos hoje, enquanto Brasil, um território é porque existiam os povos originários. E, ao longo de 5 séculos, nós assistimos às violências perpetradas em vários períodos da história e que, infelizmente, ainda nos dias atuais, continuam a acontecer.

Lembro aqui da saga dos ianomâmis, que são vítimas, agora, de um verdadeiro genocídio em suas terras e que não para mesmo com a atitude do presidente Lula de reforçar, de apoiar a segurança, a saúde, mas as forças da grana e do garimpo estão lá presentes, querendo retirar as riquezas, e retirando as vidas da nossa população indígena.

Aqui, na Bahia, o governador Jerônimo teve uma atitude muito corajosa e histórica ao criar um organismo, uma superintendência específica para cuidar dessa área e nomear uma pataxó para ser a representante do segmento, dando a ela não só o pertencimento, mas o conhecimento sobre as demandas de todas as comunidades e tribos da Bahia.

Há uma situação pendente nessa Casa que precisa ser resolvida com urgência, que é a questão do salário, dos vencimentos dos professores indígenas, dos professores que cumprem um papel fundamental nessa educação.

Eu quero, aqui, inclusive, registrar que a deputada Fátima Nunes, que é uma lutadora e abraçou essa bandeira, não está presente na sessão de hoje por motivo de saúde, mas me ligou, pedindo para a gente fazer um esforço para votar esse projeto de lei. Por isso, eu quero pedir aos deputados da Oposição que eu vejo aqui, o deputado Samuel, o deputado Jurailton, o deputado Manuel, que a gente possa fazer um acordo para votar esse projeto de lei que é consenso nesta Casa, que é apoiado por todos os deputados. Os deputados da Situação, da Oposição, todos apoiam as comunidades indígenas, todos apoiam esse projeto de lei, e nós temos de colocar um ponto final nessa matéria, que já veio para a Casa e teve de retornar ao Executivo porque havia problemas na redação. Esses problemas já foram equacionados. Todos que estão aí, no Plenário, concordam com o teor do projeto que foi enviado agora e só resta a nós, deputados, atender ao pedido da comunidade e votar esse projeto de lei hoje.

Então, esse é meu apelo à Oposição, meu apelo aos deputados da Situação, que a gente faça um esforço concentrado e ao menos esse projeto seja votado na tarde de hoje, Sr. Presidente, porque é de interesse público. E essa comunidade não pode mais ficar sem essa decisão, sem essa aprovação, que tem uma repercussão direta na educação das nossas crianças, dos nossos jovens espalhados por toda a Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

Ainda falta o último partido: PT, PCdoB e PV.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, não falta o tempo de Alan, não?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Alan, vai falar?

Srs. Deputados, segundo o líder, deputado Rosemberg, houve um acordo para que votássemos hoje o projeto dos indígenas e, amanhã, o dos conselheiros. Não é isso, deputado Alan?

O Sr. ALAN SANCHES: Não tem esse acordo, não.

Estou com a palavra?

Sr. Presidente, deputados, deputadas, graças a Deus esta Casa volta a ficar movimentada com tantos deputados aqui interessados nas votações. Mas o que eu percebo é que foi encaminhado para esta Casa um pacote de maldades. Tanto assim que a rejeição da população é tão grande que houve uma necessidade de as dependências da Casa serem ocupadas pela Polícia Militar, já esperando essa manifestação dos servidores.

Nós tivemos, para que V. Ex.^a relembre, 6% de inflação no ano passado, mas o governo do estado quer repor 4%. Ele não consegue fazer a reposição nem da inflação. E ao mesmo tempo que ele quer dar 4% ao servidor, ele quer dar 20% aos cargos comissionados. E o que são os cargos comissionados? Os cargos indicados por seus aliados e pelo próprio governo do estado.

A pergunta que eu preciso fazer – e a sociedade precisa de uma resposta – é: por que tantos cargos comissionados vão ter os 20%? E por que os servidores que dão o suor e o sangue vão ter apenas 4%? Ah! Porque o cargo comissionado ganha pouco. Ah! E o servidor ganha muito? Isso precisa ser justificado pelos deputados da base.

O que eu não consigo entender é porque os deputados, deputado Júnior Muniz, da base se calam quando é para defender quem colocou eles nas cadeiras. Não tem uma só alma, um deputado, uma deputada que diga: eu apoio os 4%, eu apoio todos os projetos do servidor. Mas, não. Todo mundo silencioso. São 43 deputados da base, são 43 deputados da base aliada. Não tem um deputado dos 43 que venha defender o servidor.

Nós sabemos que, historicamente, o servidor não vota com o União Brasil. Mas não é justo que o governo do estado venha trazer um projeto com 4%, e nenhum dos 43 deputados e deputadas diga: eu concordo, eu não concordo. Não. É silêncio total. Só se apresenta para dizer amém ao deputado Rosemberg. Isso é uma posição pessoal minha, viu, gente? Não é nem de bancada, porque eu acho estranho tantos deputados, deputado Rosemberg, ficarem completamente sem voz, sem voz num projeto tão importante que vai impactar na vida dos servidores.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: Mas, falando isso, fica na consciência de cada um de vocês, de V. Ex.^{as}.

Ao mesmo tempo em que ele manda esse projeto de 4%, ele traz uma solicitação pela qual vai novamente abocanhar o servidor. Ele deu 4% e já tira 4% a mais no Planserv dos servidores. Nós temos aí em torno de 500 mil e tantas vidas de quem ele vai tirar mais 4% do servidor que ganha até R\$ 10 mil. E aquele servidor que ganha mais do que R\$ 10 mil, ele vai perder mais 8%; 8% de cada um.

Eu acho que, quando o servidor tem o seu plano de saúde, isso precisa ser subsidiado pelo governo. É o governo que, em vez de dar salário, dá um benefício a mais, que é o plano de saúde. Ele não pode querer... No momento em que ele dá 4%, ele já tira 4% a mais do servidor; e 8%, segundo informações que chegaram a nós, de mais de 15% dos servidores do nosso estado.

Isso não tem sentido. Mas todos os 43 deputados e deputadas vão permitir que haja um aumento na retenção do salário do servidor.

O deputado Zó, um grande comunista, um grande aliado, eu vejo ali se remexendo todo enquanto eu estou falando. Mas eu queria, deputado Zó, que dissesse que é justo, que é justo o aumento de 4%. Venha à tribuna, use seu horário e diga que é justo esse aumento abaixo da inflação! Deputado Laerte, da mesma forma, diga que é justo o aumento.

Cada um vai votar de acordo com a sua consciência, mas o que eu percebo é que não adianta fazer gincana de combate à fome, o que é ótimo, é bom, dizendo que é um programa. É mentira, isso não é programa, isso é uma gincana de combate à fome, porque não existe... Tudo que eu já falei, não tem conta, não tem secretaria, não tem nada, não tem absolutamente nada esse projeto. Não é um projeto, é apenas uma gincana de combate à fome. E vem abocanhar o salário do servidor.

Então, Sr. Presidente, eu queria chamar atenção de todos os deputados e deputados desta Casa, e vamos, sim, sinalizar sempre em defesa do servidor, sempre em defesa da nossa Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, deputado Alan, líder da Minoria, eu gostaria de dizer aos Srs. Deputados que o objetivo de a Polícia Militar estar aqui, com todo o respeito que esta Presidência tem por todos os funcionários públicos... Aqui é a Casa do Povo, todos têm o direito de protestar, todos têm o direito de frequentar, mas é para prevenir.

É claro que, às vezes, uma minoria, quando está com muita gente... E V. Ex.^{as} são testemunhas do que já aconteceu aqui, num período não tão distante, quando nós vimos policiais civis entrarem aqui, no Plenário, de arma em punho, querendo bater em um membro desta Casa. É claro que isso foi uma exceção, não estou dizendo... O deputado Paulo Câmara teve de correr para não apanhar aqui. Inclusive, o meu amigo deputado Alan, que enfrentou, sabe o que é que poderia acontecer.

Então, o objetivo, claro... Aqui, os protestos são normais, fazem parte do regime democrático, desde que sejam de forma ordeira. Então, a Polícia Militar está aqui para evitar problemas como nós já tivemos. V. Ex.^{as} são testemunhas de que poderia ter havido uma tragédia aqui, nesta Casa, quando se tratava de projetos dessa categoria. Não estou dizendo com isso, repito, que é a categoria em si, mas sempre, em todas as atividades, como na política, como no Congresso, em todos os setores, como na polícia, tem aqueles que, às vezes, se excedem mais.

Então, para evitar esses problemas é que a gloriosa Polícia Militar está aqui, na Casa. Para evitarmos problemas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, no tempo do PT.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidoras, servidores, comunidade indígena, visitantes que compõem aqui as galerias, presidente, esta sessão de hoje é uma sessão que traz para todos nós uma discussão que

se nós a fizéssemos ao olhar do interesse do serviço público, do interesse mais geral da sociedade baiana, de repente ela estaria tendo um debate numa outra modelagem. Primeiro, porque nós estamos com os projetos que foram encaminhados a esta Casa Legislativa de origem do governador, do Poder Executivo, encaminhados pelo governador Jerônimo Rodrigues, que traz melhorias para a estrutura do serviço público do estado. Pode até ter alguma queixa de que uma parte ou outra não tenha tido a sua expectativa apresentada no projeto, porém nós não podemos, aqui, deixar de entender e de olhar que nós vamos votar e analisar aqui, presidente, a nova estrutura que apresenta o governo, que apresenta o Poder Executivo para a Polícia Militar, criando estruturas regionais para melhorar a segurança pública. O projeto prevê a ampliação da gratificação para os policiais, principalmente daqueles de uma patente menor, para que possa dar a eles uma condição de trabalho melhor do que a que têm hoje.

Nós estamos falando aqui do piso salarial dos professores. E eu entendo, é um piso salarial, e a legislação federal retroage a 1º de janeiro, mas o governo do estado teve o cuidado de apresentar um projeto pactuado com os representantes dos trabalhadores da educação para que ele possa conseguir cumprir. Essa é a questão. Eu sei e todos nós sabemos pelo que passaram os servidores do Rio Grande do Sul, os servidores do Rio de Janeiro, os servidores de diversos estados que tiveram as suas parcelas salariais divididas para que os estados pudessem cumprir. Em vários estados, deputado Robinson, o valor salarial de um mês trabalhado é pago no mês seguinte. E nós, desde o governo do ex-governador Jaques Wagner, do ex-governador Rui Costa e, agora, com o governador Jerônimo, queremos, sim, garantir uma melhor condição para os servidores, mas dentro da possibilidade orçamentária do estado. Se nós fizemos uma avaliação do quadrimestre passado, do ano passado, para o quadrimestre deste ano, nós tivemos uma redução de receita este ano no quadrimestre, que foi apresentado para a Casa Legislativa, em relação ao ano anterior. E nós estamos falando que, mesmo nessa condição de redução da capacidade de receita, o nosso estado ainda gera um aumento que, hoje, falam, e eu entendo, é abaixo da inflação, os 4%, mas esse reajuste que o governo federal está fazendo agora, de 9%, o governo federal nos últimos 4 anos não fez, em momento algum, um reajuste linear, e nós fizemos aqui, na Bahia, reajuste linear.

Então, não há que se falar... E, às vezes, as pessoas comparam: como está dando 9% o governo federal e só 4% o governo estadual? É porque há um acúmulo de investimentos que o governo estadual fez nos últimos 3 anos. Se comparar com o governo federal, vai verificar que nós estamos remunerando mais aos nossos servidores.

Nós precisamos entender, deputado Tiago Correia, deputado Robinson, que o Planserv precisa sobreviver. O Planserv é a solução da maioria dos servidores, principalmente daqueles servidores que têm a menor remuneração, que cuida da saúde do próprio servidor, do seu cônjuge, dos seus filhos, inclusive de netos. É o único plano de saúde no Brasil com a capilaridade que tem, hoje, o Planserv. E o Planserv, hoje, é deficitário em 25 milhões por mês. O governo do estado, nesse projeto, apresenta um aporte de 6 milhões por mês na parte patronal. E o que há de reajuste ali? Não há reajuste para ninguém que ganhe até 10 salários mínimos, até R\$ 10 mil. O reajuste de

8%, de 4%, na realidade, porque 4% é o impacto do aumento, é apenas para quem ganha, deputado Robinson, acima de R\$ 10 mil. Significa que você vai ter um reajuste e você vai pagar apenas o impacto no plano de previdência de R\$ 24,00. Porque hoje é R\$ 600,00 que o servidor paga. Então, R\$ 24,00 é um valor extremamente pequeno para quem ganha acima de R\$ 10 mil para garantir que o Planserv tenha sobrevida e consiga atender de forma correta e produtiva aos nossos beneficiários.

Então, nós estamos fazendo um pacote de ações que vão melhorar a vida dos servidores. É natural que haja alguns que gostariam de que tivesse equiparação com outras categorias. Recebi nesse instante, ali, o representante do Corpo de Bombeiros, que pede que tenha a equiparação com os delegados de polícia em determinadas categorias. E eu disse para ele que, apesar de ser da segurança pública, são coisas diferentes. Nós não podemos criar mecanismos nesse formato.

E eu quero fazer um apelo, aqui, aos deputados, aos 63 deputados desta Casa: se foi pactuado com a APLB o reajuste da forma que está posto no projeto, com relação ao piso salarial, que a gente vote isso hoje, aqui. Porque nesse projeto está o equilíbrio entre os professores indígenas e os demais professores. Os professores da comunidade indígena que tiveram durante anos e anos uma remuneração diferenciada para fazer a mesma coisa, que é educar meninos e meninas diariamente.

Então, eu queria dizer, presidente, que nós precisamos... E eu entendo, aqui, entendo e não vou pedir à Oposição que a gente possa pactuar projetos, obviamente, do tipo reajuste geral, que está abaixo da inflação. Nesse sentido, eu quero pedir a cada deputado e cada deputada da base do Governo que a gente possa apresentar e votar aqui as urgências, para que esse projeto possa tramitar e ser votado de uma forma mais ágil na Casa Legislativa.

Quero pedir, também, deputado Eduardo Salles, que a gente amanhã esteja aqui, todos, para que a gente possa votar e eleger o próximo conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios, que foi sabatinado hoje na Comissão de Constituição e Justiça. E que a gente possa, deputado Alan, deputado Samuel, deputado Sandro, deputado Leandro, os diversos deputados, ir discutindo no decorrer da semana os demais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) projetos, para que a gente possa pactuar, porque os projetos da área militar são projetos de mudança de estrutura. Eu acho que é importante para a gente modernizar a estrutura da Polícia Militar, e quanto mais rápido a gente fizer isso, mais rápido a gente enfrentará essa questão, que é questionada todos os dias aqui, com relação à violência.

Por isso, deputado Alan, eu quero, aqui,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) encerrar as minhas palavras, pedindo que a gente possa votar por acordo o projeto dos professores, que engloba a comunidade indígena, e que a gente possa também votar o projeto da estrutura da Polícia Militar. Nós não estamos falando de reajuste, nós estamos falando da estrutura, para melhorar as condições de atendimento da Polícia Militar no estado da Bahia. E a gente trabalhar, obviamente, no decorrer da semana as pactuações que forem possíveis.

E, com relação à base, à nossa base aqui, eu quero pedir a cada um dos deputados e das deputadas que a gente possa se dirigir a este Plenário na hora de colocar a Ordem do Dia para que a gente possa votar as urgências necessárias para tramitarem os projetos de reajustes, porque a folha de pagamento se encerra na sexta-feira. Se a gente não votar os projetos, a gente vai causar um prejuízo ainda maior, porque não haverá condição de processar isso para que os servidores possam receber os seus vencimentos, inclusive os da comunidade indígena, no dia 30 de maio, como é a expectativa de cada um de nós.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

(Lê) "*Requerimento*

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia,

Os líderes dos blocos da Maioria e da Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm, na forma regimental, requerer a V. Ex.^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 24.869/2023, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, e a Lei nº 12.046, de 4 de janeiro de 2011, na forma que indica e dá outras providências.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2023.

Deputado Rosemberg Pinto, Deputado Alan Sanches."

Para relatar, a deputada Olívia Santana.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, só para ficar claro, aqui, para a gente, qual o projeto em discussão agora?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Esse é o dos índios.

O Sr. Samuel Junior: Ah! Certo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu venho a esta tribuna para dar o parecer, na condição de presidenta da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Direitos Humanos... desculpem-me, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, ao projeto de lei de autoria do Poder Executivo, apresentado aqui pelo Bloco da Maioria, e para o qual se estabelece, em acordo com a Minoria, a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o PL nº 24.869/2023, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, e a Lei nº 12.046, de 4 de janeiro de 2011, na forma que indica e dá outras providências.

Acrescentando aqui, Sr. Presidente, o (lê) "*Parecer*

Das comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Direitos Humanos e Segurança Pública; e Finanças,

Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 24.869/2023, de autoria do Poder Executivo, o qual altera a Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, e a Lei nº 12.046, de 4 de janeiro de 2011, na forma que indica e dá outras providências.

Encaminha à apreciação desta Casa, o Ex.^{mo} Sr. Governador Jerônimo Rodrigues, o projeto de lei que ora me cabe analisar, propondo reestruturar os vencimentos dos servidores das carreiras de professor/professora e coordenador/coordenadora pedagógico/pedagógica do quadro regular do Magistério Público dos ensinos Fundamental e Médio, bem como os subsídios dos servidores da carreira de professor indígena – aqui presentes, nesta Casa –, efeitos financeiros retroativos a 01 de março de 2023’, conforme registra o Chefe do Poder Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que ‘as alterações das estruturas remuneratórias previstas nesta Proposta produzirão um acréscimo na despesa de pessoal para o exercício de 2023, no valor estimado de R\$ 298.916.777,00 (duzentos e noventa e oito milhões, novecentos e dezesseis mil, setecentos e setenta e sete reais) e, para os anos de 2024 e 2025, um valor de R\$ 490.129.608,00 (quatrocentos e noventa milhões, cento e vinte e nove mil, seiscentos e oito reais).’

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como em face da inexistência de restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo, cabendo ressaltar que a sua apreciação nesta Sessão foi possibilitada em virtude da celebração de Acordo entre as Lideranças da Maioria e da Minoria nesta Casa, para dispensa das formalidades regimentais.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 9 de maio de 2023.”

É, portanto, o parecer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das Comissões, o Projeto de Lei nº 24.869/2023, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, e a Lei nº 12.046, de 4 de janeiro de 2011, na forma que indica e dá outras providências.

O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 24.869/2023.

Os Srs. Líderes Rosemberg e Alan, está aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 24.869/2023

Altera a Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, e a Lei nº 12.046, de 04 de janeiro de 2011, na forma que indica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Anexo III-A da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei, a partir de 01 de março de 2023.

Art. 2º - O Anexo III-A da Lei nº 10.963, de 16 de abril de 2008, passa a vigorar na forma do Anexo II desta Lei, a partir de 01 de julho de 2023.

Art. 3º - O Anexo II da Lei nº 12.046, de 04 de janeiro de 2011, passa a vigorar na forma do Anexo III desta Lei, a partir de 01 de março de 2023.

Art. 4º - O Anexo II da Lei nº 12.046, de 04 de janeiro de 2011, passa a vigorar na forma do Anexo IV desta Lei, a partir de 01 de julho de 2023.

Art. 5º - Os proventos de inatividade e as pensões fixados com base nos vencimentos e subsídios dos cargos das carreiras a que se referem os arts. 1º a 4º desta Lei dos aposentados e pensionistas que possuem direito à paridade constitucional, serão revistos na mesma data, condições e proporção previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar valores superiores aos concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as alterações que se fizerem necessárias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado, quanto aos efeitos financeiros, o disposto nos arts. 1º a 4º desta Lei.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (As galerias se manifestam com palmas.)

Este projeto precisa ser votado em dois turnos.

O Sr. Carlos Machado (fora do microfone): Não precisa, não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Logo após o encerramento...

(O deputado Alan Sanches se aproxima da Mesa para falar.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Depende de V. Ex.^a...

(Os deputados se aproximam da Mesa e falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu vou suspender a sessão por 5 minutos.

(Sessão suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Hilton Coelho, V. Ex.^a, que chegou com pouco de atraso, quer encaminhar o seu voto? (Silêncio) Deputado Hilton?

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Por acordo entre os líderes da Oposição, deputado Alan, e da Situação, deputado Rosenberg, nós vamos votar o projeto da Polícia Militar.

Leitura do requerimento.

(Lê) “Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Os Líderes dos blocos da Maioria ...”

(O Sr. Hilton Coelho fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a vota contrário ao projeto dos índios? É isso?

O Sr. Hilton Coelho (fora do microfone): Não é isso!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ah!

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Presidente, vamos suspender a sessão por mais 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por mais 5 minutos, está suspensa sessão por solicitação do líder Alan.

(Sessão suspensa.)

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, o deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Eu queria cumprimentar toda a comunidade indígena e, ao mesmo tempo, dizer a vocês que a Assembleia fez a sua obrigação. Acabou de aprovar o projeto que vocês tanto reivindicavam e que vocês estão presentes para acompanhar. Gostaria de dizer que a luta foi muito importante e, também, a vigília foi muito importante.

Agradeço a sensibilidade da Oposição por aquiescer com a votação em regime de urgência e a dispensa das formalidades. Agradeço aos deputados da Situação presentes por mais uma grande vitória, uma conquista para o movimento.

Viva a comunidade indígena da Bahia!

Viva os professores indígenas!

Viva a educação!

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Parabenizar toda a comunidade indígena pela aprovação do projeto.

O Sr. Júnior Muniz (fora do microfone): Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Júnior Muniz.

O Sr. Júnior Muniz: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, venho a esta Casa, a esta tribuna, juntamente com nosso colega Hassan, para falar do sucesso da Comissão Itinerante de Defesa do Consumidor em conjunto com a Comissão de Saúde, na última semana, na sexta-feira, na cidade de Jequié. Tivemos, lá, quase 15 deputados desta Casa, onde fomos visitar a cidade de Jequié. Em conjunto, fizemos uma sessão na Câmara de Vereadores, que foi sucesso total.

Quero parabenizar o deputado Euclides e o deputado Hassan por propor.

Convocamos a Embasa e a Coelba. Representantes dos órgãos estiveram na Câmara de Vereadores para falar com a comunidade.

Então, parabenizar o meu querido amigo e deputado Hassan, o deputado Euclides Fernandes e a população de Jequié, porque ela foi atendida.

Não é isso, deputado Hassan? É com você agora.

O Sr. Hassan: Sr. Presidente, só para trazer um informe.

Na verdade, é um agradecimento a todos os nobres colegas que estiveram presentes e prestigiaram a nossa primeira sessão itinerante conjunta, a sessão da Comissão de Saúde juntamente com a Comissão de Defesa do Consumidor, na última sexta-feira, ali, na cidade de Jequié. A sessão aconteceu na Câmara Municipal de Jequié. Foi uma sessão que levou a população para poder discutir os assuntos inerentes à nossa saúde da Bahia, no tocante à descentralização e ao fortalecimento da regionalização da saúde.

E, também, defender a bandeira da instalação e da implantação de uma Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon), naquela cidade, para atender a toda a nossa região na área da saúde, que compreende o Médio Rio de Contas e o Vale do Jiquiriçá.

Portanto, eis o nosso agradecimento, presidente, às duas comissões, ao presidente Alex da Piatã, ao presidente Júnior Muniz e, também, a mim, proponente para levar a sessão itinerante de saúde, assim como o deputado Euclides que propôs levar a sessão itinerante de defesa do consumidor.

Então, o nosso muito obrigado.

Jequié agradece.

Uma boa tarde.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o professor Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, eu gostaria, mais uma vez, de parabenizar o nosso líder Rosemberg, juntamente com o chefe da Casa Civil, o nosso querido amigo Afonso Florence, e comandado pelo nosso Luiz Caetano. Esses companheiros, essas autoridades conseguiram, após muitos diálogos, muitas discussões, trazer, para esta Casa, projetos relevantes para o serviço público. São projetos que vão contribuir para melhorar as condições de trabalho e de remuneração de muitas categorias.

No bojo desse pacote de leis, temos, aí, uma das centralidades que são, aliás, duas centralidades, que são a segurança pública e a educação. E, na educação,

naturalmente, há a justa correção dos nossos professores que tratam, convivem, vivem e educam a nossa juventude na linha dos povos originários, que são as nossas etnias indígenas.

Eu, como educador, quero parabenizar o nosso governador e, ao mesmo tempo, gostaria de dizer que muito ainda a gente pode fazer pelos povos originários. Eu conheço, relativamente, bem a história da Bahia. Sobre isso, há uma obra extraordinária da professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso que trata da história das culturas indígenas, dos povos indígenas, e conta como esses povos e essas etnias foram, ao longo da história, excluídos e violentados.

Agora, depois de tantas injustiças, a volta do presidente Lula a Brasília sinaliza para um novo tempo. E, na Bahia, pela primeira vez, um governador assume sua identidade como descendente dos povos indígenas. Por isso, é um momento, extremamente, inovador na história do Brasil.

Nós, deputados e deputadas, precisamos entender isso. O nosso poder, o poder de organizar e legislar, esse poder precisa estar a serviço das classes populares deste país. É preciso que este poder esteja ao lado dos camponeses, dos trabalhadores, dos empresários nacionais, do setor da economia que luta para fazer um projeto de desenvolvimento nacional.

Porém, parte da elite não quer, parte da elite quer se associar ao capital estrangeiro e massacrar o país.

Por isso, amanhã, iremos louvar e abraçar a presença do presidente Lula em Salvador. Ao mesmo tempo, o Lula vai abrir o processo do PPA participativo, em âmbito federal, para a sociedade colocar os seus anseios na agenda do presidente, a fim de nós construirmos os próximos 4 anos. E, ao final da tarde, estaremos na Concha Acústica, lançando a Lei Paulo Gustavo, que vai permitir quase R\$ 4 bilhões na área da cultura. O dinheiro será investido na cultura de um modo geral, como na indústria cultural, comercial e nas culturas dos povos e das comunidades das diversas regiões da Bahia.

Por isso, Sr. Presidente, é um momento que nós precisamos valorizar e dizer que a única forma de governo, a única forma política que pode ajudar a transformar o Brasil é a democracia. E a democracia direta é uma das facetas que o mundo inteiro vem querendo implantar em suas nações, nas diversas nações. E, na Bahia, nós já temos a experiência do Wagner, do Rui e, agora, do Jerônimo.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Amanhã, com Lula, haverá o lançamento do PPA participativo na área da cultura popular. Estará presente a nossa ministra Margareth Menezes, louvando a Bahia, que é o centro dinâmico, centro inovador na cultura nacional, haja vista tantas coisas que a Bahia tem contribuído, desde o samba, a origem do samba, passando pela bossa nova até o axé music, sem falar na música erudita que Ricardo Castro, o pianista...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) reconhecido internacionalmente, comanda com o projeto do Neojiba. Ele é originário de Vitória da Conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Viva a democracia!

Viva o presidente Lula!

Viva o governador Jerônimo Rodrigues!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por até 20 minutos, está suspensa a sessão, até se chegar a um acordo.

(Sessão suspensa.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, primeiro, eu queria agradecer a todos os deputados a Base do Governo e da Base da Oposição que votaram este projeto que equilibra e repara a questão da comunidade indígena.

Bem, Patrícia Pataxó, em nome dela, ela pediu para agradecer a todos os deputados e deputadas presentes por este gesto de votar, hoje, com dispensa de formalidades para agilizar, inclusive, o processamento disso que já, na próxima folha, vai estar presente. Entendeu, deputado Alan? Este agradecimento é para isso.

Presidente, com relação aos projetos em tramitação, nós vamos apresentar as urgências. Quatro urgências foram, aqui, apresentadas para serem apreciadas. Em comum acordo com o deputado Alan, o Projeto de Lei nº 24.871/2023 será votado na próxima terça-feira. V. Ex.^a já havia anunciado o acordo. Mas, em função de alguns ajustes necessários, esse projeto será apreciado na próxima terça-feira, junto com o Tribunal de Contas e junto com a PEC de Marquinho Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, o deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Nós estávamos, aí, para fazer um acordo sobre o Projeto de Lei nº 24.871, quando foi esclarecido, inclusive, pelo próprio comandante da Polícia Militar, que há um anseio muito grande da categoria na ampliação dessas vagas para que consiga subir na sua graduação hierárquica.

Mas, atendendo a uma reivindicação do capitão Igor, representante, também, da Força Invicta, eu solicitei ao deputado Rosemberg não colocar a urgência para votar. Digo isso porque se fosse assim, esse projeto seria votado na sexta-feira. O objetivo é que a gente possa votar... Aliás, foi acordado isso com a Força Invicta, foi acordado com o coronel Coutinho e foi acordado, também, com o líder Rosemberg, que votaremos este Projeto de Lei nº 24.871, que é a reestruturação da Polícia Militar, dando esse tempo e esse intervalo de mais uma semana à Força Invicta, para que a gente possa votar na próxima terça-feira. Esse foi o acordo feito.

Junto a esse, votaremos também a escolha do conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios. Hoje, o indicado, o sabatinado foi o Sr. Ronaldo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, na próxima terça-feira, votaremos a PEC, dentre as quais, a PEC das emendas...

O Sr. Alan Sanches: O Projeto de Lei nº 24.871, que trata da reestruturação...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) dos conselheiros...

O Sr. Alan Sanches: (...) da Polícia Militar.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) da Polícia Militar.

O Sr. Alan Sanches: (...) que através do deputado, também, que quero dizer que fez a intervenção, deputado Matheus, que também fez essa interlocução com o comando da Polícia Militar para que a gente pudesse amadurecer ainda mais este projeto para votá-lo na terça-feira.

O Sr. Rosemberg Pinto: E, também, na terça-feira, nós vamos votar o projeto de agroecologia. A deputada Neusa vai chamar, aqui, as partes envolvidas. Da mesma maneira que veio, hoje, a comunidade indígena, ela, a relatora do projeto... para podermos votar. Esse foi um acordo que a gente já tinha feito anteriormente.

O Sr. Alan Sanches: Com relação...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não!

O Sr. Alan Sanches: Com relação ao projeto da agroecologia, a Bancada da Oposição pediu que fosse feita uma avaliação na Comissão de Agricultura. O deputado Manuel Rocha ficou responsável por isso e trouxe sinalizando positivamente sobre a votação desse projeto. Há um acordo, também, sobre esse projeto.

Então, retornando, fazendo um resumo: é o PL nº 24.871, que é a reestruturação da Polícia Militar, acordado com o capitão Igor, representante da Força Invicta, acordado com o coronel Paulo Coutinho, acordado com o vice-líder Matheus, deputado Matheus, e o Rosemberg.

Acordamos, também, a votação, porque, amanhã, nós não estaremos aqui – V. Ex.^a sabe –, estaremos em Brasília. Então, foi acordada a escolha do conselheiro para terça-feira e também o projeto da agroecologia.

Hoje, esses três projetos foram acordados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para terça-feira próxima.

O Sr. Alan Sanches: Isso! Para terça-feira.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Há um requerimento.

Isso se trata das urgências, Srs. Deputados.

(Lê) “*Requerimento*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 151/2023, de autoria do Poder

Executivo, que altera a Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, na forma que indica, e dá outras providências

Sala das Sessões, 09 de maio de 2023.

Deputado Rosemberg Pinto

Líder da Maioria”.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Segundo requerimento.

(Lê) “Requerimento

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 24.877/2023, de autoria do Poder Executivo, que altera a estrutura remuneratória dos cargos das carreiras dos Grupos Ocupacionais Artes e Cultura, Comunicação Social, Técnico-Administrativo, Técnico-Específico, Serviços de Apoio Técnico-Administrativo da Procuradoria Geral do Estado - PGE, Obras Públicas e Fiscalização e Regulação, dos cargos das carreiras de Nível de Apoio - NA, do Quadro Especial das Universidades, dos cargos da carreira de Delegado de Polícia Civil, da carreira do Magistério Público das Universidades Estaduais e dos cargos em comissão, funções comissionadas e gratificadas, da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Estadual, na forma que indica, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2023.

Deputado Rosemberg Pinto

Líder da Maioria”.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Há o terceiro Requerimento.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (Lê) “Requerimento

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 24.870/2023, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre autorização excepcional para conversão em pecúnia dos períodos de licença prêmio dos servidores das carreiras civis do Poder Executivo Estadual, na forma que indica.

Sala das Sessões, 09 de maio de 2023.”

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Há o último requerimento.

(Lê) “*Requerimento*

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Requeiro, na forma do art. 174, Inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 24.872/2023, de autoria do Poder Executivo, que estabelece percentual...”

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (Lê) “*(...) de revisão geral incidente sobre os vencimentos, subsídios, soldos e gratificações dos cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas, proventos e pensões...*”

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deixe-me concluir!

O Sr. Alan Sanches: Só queria que não colocasse em votação. Concluir a leitura, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): “*(...) da Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, na forma que indica, e dá outras providências.*

Sala das Sessões, 09 de maio de 2023.

Deputado Rosemberg Pinto

Líder da Maioria”

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, eu queria que registrasse o voto contrário do Psol a todas as urgências.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Registro os votos contrários do deputado Hilton Coelho, do Psol, a todos os pedidos de urgência.

O Sr. Alan Sanches: Eu queria pedir uma verificação de quórum de votação para que a gente pudesse votar esse requerimento de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Só para o último projeto, porque os outros já foram votados.

O Sr. Alan Sanches: Ótimo!

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu queria pedir que V. Ex.^a marcasse o tempo regimental de 25 minutos e queria também conclamar todos os deputados e deputadas para que a gente possa atender a esse pedido de verificação de quórum de votação do deputado Alan Sanches.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a será atendido.

Solicito marcar o tempo de 25 minutos para a verificação de quórum de votação.

Srs. Deputados, é o último projeto de urgência. Os outros três foram aprovados, claro.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a votação.

Solicito zerar o painel.

Quanto aos deputados presentes em Plenário, peço dar presença. Os Srs. Deputados que estão em seus gabinetes e em outras dependências da Casa, como na biblioteca, fazendo os estudos, por favor, comparecer ao Plenário. Existe um pedido de verificação de quórum de votação.

Solicito, aos seguintes Srs. Deputados, marcar as suas próprias presenças: Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fátima Nunes, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, Ludmilla.

Existe um pedido de verificação de quórum de votação.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Tem quórum. Alan pediu. São 31, 32 deputados.

O Sr. Alan Sanches: Não, presidente! Não!

O Sr. Vitor Bonfim: Não! Já está marcado. Deputado Eduardo Salles, deputado Eures, deputado Eduardo Alencar.

O Sr. Alan Sanches: Não!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma, Alan! Calma.

O Sr. Vitor Bonfim: V. Ex.^{as} têm de marcar as suas presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, falta, apenas, um Sr. Deputado ou uma Sr.^a Deputada para completar o quórum de votação.

O Sr. Alan Sanches: Deputado, nós temos 31 parlamentares, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): V. Ex.^a vai ajudar, com certeza.

O Sr. Alan Sanches: Com certeza.

Mas poderia pedir a ajuda do PSD. PSD já deu?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O PSD não está na Casa não?

O Sr. Alan Sanches: Não sei se está chateado com alguma coisa. O pessoal está chateado?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu estou vendo, ali, o Ricardo.

O Sr. Alan Sanches: Deputada Ivana Bastos... O PSD está chateado com alguma coisa? Eu não sei. Quem tem que responder é V. Ex.^a, que é PSD.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu estou presidindo a sessão, e não estou vendo, absolutamente, nada.

O Sr. Rosemberg Pinto: Já deu 32!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Existe quórum de votação.

Em votação a urgência do Projeto de Lei 24.872/2023.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Patrick Lopes, Paulo Rangel e Rogério Andrade. (05)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.